

Renato Araujo/Câmara dos Deputados

CORREIO ECONÔMICO

POR
MARTHA IMENES

Freepik



Referência oficial da inflação recuou nesta semana

Boletim Focus aponta IPCA em 3,91% e queda gradual da Selic

A projeção do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referência oficial da inflação no Brasil, caiu de 3,95% para 3,91% em 2026, segundo o boletim Focus. Essa é a sétima semana consecutiva de redução da estimativa, que permanece dentro da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3%, com intervalo de tolerância entre 1,5% e 4,5%. Para os anos seguintes, as previsões se mantêm estáveis: 3,8% em 2027 e 3,5% em 2028 e 2029. Em janeiro, a inflação oficial fechou em 0,33%, mesmo patamar de dezembro, pressionada pela alta da conta de luz e da gasolina. O resultado levou o IPCA a acumular 4,44% em 2025, de acordo com o IBGE.

Expectativa de cortes em março

Apesar da desaceleração da inflação, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic em 15% ao ano pela quinta vez consecutiva, o maior nível desde julho de 2006. Em ata, o colegiado sinalizou que poderá iniciar cortes em março. O boletim Focus também reduziu a projeção para a Selic em 2026, de 12,25% para 12,13% ao ano. Para os anos seguintes, a expectativa é de queda gradual: 10,5% em 2027, 10% em 2028 e 9,5% em 2029.

Arquivo



Meta do governo é atender 15 milhões de famílias

Gás do Povo inicia terceira etapa

A Caixa Econômica Federal deu início à terceira etapa de disponibilização do vale-recarga de gás de cozinha (GLP) para beneficiários do Programa Gás do Povo. Segundo o governo federal, cerca de 4,5 milhões de famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) serão contempladas nesta fase. O programa garante recargas gratuitas de botijões de 13 quilos para famílias com renda per capita de até meio salário mínimo — equivalente a R\$ 810,50 em 2026. A seleção dos beneficiários é feita pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

Recarga nas revendedoras

A recarga gratuita pode ser feita diretamente nas revendedoras credenciadas, sem intermediários, por meio de validação eletrônica na “azulzinha”, a maquininha de cartões da Caixa. As opções de validação incluem:

- cartão com chip do Bolsa Família e senha.
- cartão de débito da Caixa e senha.
- CPF com código enviado ao celular cadastrado.

Bolsa Família NIS 7

A Caixa Econômica Federal começa a pagar nesta terça-feira (24) a parcela referente a fevereiro do Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 7. O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 690,01.

18,84 milhões

Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 18,84 milhões de famílias, com gasto de R\$ 13 bilhões. No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês.

App Caixa Tem

O beneficiário do programa Bolsa Família poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco. Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais.

Variável

O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a gestantes e nutrizes (mães que amamentam), um de R\$ 50 a cada filho de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a cada criança de até 6 anos.

171 cidades

Os beneficiários de 171 cidades de oito estados receberam o pagamento no último dia 12. A medida beneficiou os moradores de 122 municípios do Rio Grande do Norte. Também foram beneficiadas cidades nos seguintes estados: Bahia (14), Paraná (12), Sergipe (11), Roraima (6), Amazonas (3), Piauí (2) e Santa Catarina (1).

Seguro-defeso

Desde 2024, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do seguro-defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O seguro-defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade na piracema.



Boulos destacou como prioridade a aprovação da PEC

Boulos diz que governo prioriza fim da escala 6x1

Ministro defende mudanças trabalhistas em programa

Por Martha Imenes

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos, afirmou nesta segunda-feira (23) que acabar com a escala de trabalho 6x1 — regime em que o trabalhador atua seis dias consecutivos e descansa apenas um — é uma das principais prioridades do governo federal em 2026. A proposta prevê a adoção do regime máximo de 5x2, garantindo ao trabalhador pelo menos dois dias de descanso por semana, além da redução da jornada para 40 horas semanais sem corte de salário.

Em entrevista ao programa Alô Alô Brasil, da Rádio Nacional, Boulos reconheceu a resistência de setores empresariais à medida, mas comparou a iniciativa a conquistas históricas como o salário mínimo, o 13º e as férias remuneradas. “Eu nunca vi patrão defender aumento de direito do trabalhador. Sempre dizem que vai acabar com a economia, mas a história mostra que não é assim”, declarou.

Transporte por app

Outro ponto de atenção do governo federal, segundo Boulos, é a regulamentação dos direitos de trabalhadores de aplicativos de transporte e entrega. Ele defendeu a fixação de taxas percentuais para limitar a fatia das empresas sobre os ganhos dos motoristas e entregadores. “A empresa só faz a intermediação tecnológica e che-

ga a ficar com 50% do lucro do trabalhador. Isso é inaceitável”, afirmou.

Trabalhadores versus empresariado

De um lado, centrais sindicais e representantes de trabalhadores afirmam que a mudança representa um avanço histórico nas condições laborais, garantindo dois dias de descanso semanal e redução da jornada para 40 horas sem corte de salário.

Em debates promovidos por instituições como a Fundacentro, sindicalistas destacam que a escala atual impacta diretamente a saúde e a qualidade de vida dos empregados, defendendo que a alteração deve ocorrer sem intensificação do trabalho nem perda salarial.

Do outro lado, organizações empresariais como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) alertam para os custos da proposta. Segundo estimativas da entidade, a redução da jornada pode elevar entre R\$ 178 bilhões e R\$ 267 bilhões por ano os gastos das empresas com empregados formais, representando até 7% de aumento na folha de pagamento.

A CNI argumenta que o fim da escala 6x1 exigiria contratação adicional ou pagamento de horas extras, pressionando a competitividade do setor produtivo.

O tema tramita no Congresso por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC).